

SOCIEDADE

Congresso Europeu de Pesquisa Feminista

Um planeta também para elas

PAULO ROCHA



ORGANIZATION:

- Nucleus for Feminist Studies, Centre for Social Studies (NEFACS)
- Feminist Studies Group, Faculty of Arts and Humanities (GREFLAC)
- School of Economics (FEUC)
- With the collaboration of the Portuguese Association of Women's Studies - APESB

Lurdes Pintasilgo: "A mulher entra no mercado de trabalho com discriminações"

Carlos Picassin

O 3.º Congresso sobre Pesquisa Feminista, que decorre até ao final da semana em Coimbra, prepara-se para dar 400 golpes — tantos quantas as mulheres que participam no conclave — no actual conceito de cidadania europeia. As conferencistas vão fazer um inventário de disciplinas e teorias sobre a condição feminina na Europa contemporânea, desde a literatura à exclusão e à sexualidade.

Quatrocentas mulheres estão reunidas desde ontem, em Coimbra, no maior concílio sobre as questões do feminismo que Portugal alguma vez já acolheu. Sob o tema "Mulheres, mobilidade e cidadania na Europa", a 3ª Conferência sobre Pesquisa Feminista pretende desenvolver um debate que cruza polémicas sobre a literatura, a educação, a discriminação social, as mudanças na estrutura familiar, o corpo e a sexualidade, os movimentos sociais, num imenso caudal de participações debaixo do eclético guarda-chuva da cidadania europeia.

Uma das participantes nesta conferência é Maria de Lourdes Pintasilgo, que ontem inaugurou os trabalhos justamente com uma comunicação em que a antiga primeira-ministra se propunha analisar os limites da cidadania no quadro da União Europeia. O estatuto de cidadania na Europa, disse a presidente da Comissão Internacional para a População e Qualidade de Vida, "ainda

se resume apenas à possibilidade de elegermos deputados para o Parlamento Europeu, à possibilidade de, ao residirmos, há mais de cinco anos, numa cidade que não é do nosso país, podermos votar localmente e sermos protegidas por uma embaixada de um dos países da União, estando num país terceiro. Isso é muito pouco para se dizer que é cidadania".

Existe uma cidadania, mas não uma identidade, continua Lourdes Pintasilgo. "Temos um passaporte de uma comunidade que não diz qual é a nossa identidade real. Por isso mesmo, há que enriquecer essa cidadania com outros direitos cívicos." E o repto é ampliar o conceito e abri-lo "a questões importantes". Em particular, "tudo o que decorre da igualdade, tudo o que decorre do movimento". São direitos, especifica a antiga primeira-ministra, que não se devem restringir a uma componente eminentemente cívica ou política, mas devem acrescentar uma vertente de origem social — "o direito à casa, o direito à educação, o direito ao trabalho, e todos esses direitos que devem estar consignados numa expressão para que possamos falar numa verdadeira cidadania europeia". Caso contrário, "é uma expressão vaga que permite fazer turismo sem usar passaporte".

Pintasilgo comungou com Mário Soares algumas das críticas que o ex-Presidente da República desenvolveu no rescaldo da mais recente cimeira dos chefes de Estado e de Governo europeus. "O que saiu de Amesterdão no que diz respeito aos direitos sociais dos trabalhadores dá-nos ainda maiores possibilidades de circulação. Mas isto foram passos ainda muito tímidos".

Todas estas reivindicações são enunciadas à luz de uma ideia para a construção política europeia. "Como é que as mulheres podem fazer desta Europa um tecido em que os povos convivam mais uns com os outros e em que a troca cultural seja mais intensa?", interroga-se Maria de Lourdes Pintasilgo, que constata: "A mulher entra hoje no mercado de

trabalho com fortes discriminações em relação ao homem e mantém, ao mesmo tempo, uma imensa responsabilidade familiar. Justamente porque têm esta experiência, as mulheres devem teorizá-la e propor novas formas de organização de trabalho, propor a repartição do tempo de trabalho que abra perspectivas para emprego para mais pessoas".

Vantagens e atributos das mulheres

Antes da intervenção de Lourdes Pintasilgo, Virgínia Ferreira, coordenadora da conferência (ver entrevista noutra página), estabeleceu a base teórica destes trabalhos. Acima de tudo, trata-se de um "projecto transdisciplinar". E, a propósito da mobilidade social, considerou que, hoje, as mulheres "são elas próprias agentes da cultura da velocidade". E, como tal, devem aproveitar esta condição no contexto do mercado turbulento.

"Os atributos devem ser, assim, transformados em vantagens competitivas sobre aquelas pessoas que nunca abandonaram o seu universo e os seus laços". As mulheres, sustentou Virgínia Ferreira, "surtem com um potencial ampliado, na perspectiva de um projecto de cidadania cada vez mais flexível".

Nestes dias, os trabalhos da conferência deverão abandonar o espaço central do auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra e distribuir-se pelas salas da Faculdade de Letras, onde decorrerão alguns dos principais painéis. Uma das sessões que poderão captar alguma atenção será coordenada pela presidente da Rede Europeia de Estudos Feministas, Margaret Davies, estando marcada para a próxima sexta-feira. O tema central toca nos direitos e na exclusão social das mulheres, e no painel intervêm participantes da Suécia, Turquia, Reino Unido e Bélgica. Serão discutidas questões ligadas ao multiculturalismo, à tolerância e às mulheres "vítimas da televisão". ■

A vida cruzada das mulheres

"NOS FLUXOS migratórios europeus, a presença da mulher é esmagadora, o que origina, por vezes, situações de grande complexidade no que toca à construção da sua vida familiar e profissional." A constatação é retirada do estudo "Mulheres, cidadania e legislação na Europa comunitária: as implicações do género em termos de liberdade de circulação", coordenado pela universidade de Plymouth, no Reino Unido, e desenvolvido por mais cinco instituições europeias, entre as quais o Centro Estudos para a Intervenção Social (CESIS).

O trabalho, que será apresentado aos participantes na 3ª Conferência sobre Pesquisa Feminista, a decorrer em Coimbra, baseou-se em 340 entrevistas — "Histórias de vida" — a indivíduos de cinco países europeus (Reino Unido, Portugal, Grécia, Suécia e Irlanda). De acordo com Heloísa

Prista, a investigadora que em Portugal colaborou no estudo, o ponto de partida do trabalho pretendia averiguar as implicações e as influências das migrações entre os países analisados e, especificamente, as implicações desses fluxos na vida das mulheres. Heloísa Prista concentrou-se estritamente nas implicações do ponto de vista profissional e, por acréscimo, também da perspectiva da família.

"Dois pontos podem ser sublinhados no que toca a esta matéria. No quadro dos fluxos migratórios, e no que concerne à esfera profissional, as deslocamentos das mulheres entre os países da Europa faz-se muitas vezes à custa das suas qualificações. As mulheres, nos países para onde emigram, entregam-se muitas vezes a tarefas para as quais estão sobrequalificadas", diz Heloísa Prista.

A coordenadora do estudo, Louise Ackins, professora na Universidade de Plymouth e também presente na conferência de Coimbra, explica por que emigram então essas mulheres: "Nem sempre é para trabalhar. Por vezes, vão viajar e ficam por lá, ou vão em programas de estudo e resolvem ficar. Outras chegam mesmo a casar".

A investigadora portuguesa acrescenta que é nestas situações que existe, por exemplo, uma utilização algo abusiva das competências linguísticas das mulheres, em prejuízo do reconhecimento das suas qualificações profissionais. "Existem casos em que mulheres extremamente qualificadas, por exemplo, juristas ou psicólogas, acabam por trabalhar nos países de acolhimento como secretárias ou tradutoras. Ou seja, verifica-se aqui um retrocesso quer em termos de estatuto remuneratório,

quer no que se prende com o reconhecimento social dessas mulheres".

Mas a maior parte das mulheres emigrantes, aquelas que constituem o seu perfil típico, é obrigada a deslocar-se para um qualquer país da União Europeia porque os maridos para lá vão trabalhar. Nestas situações, as mulheres deslocam-se por arrasto. E, como consequência imediata, verifica-se que "abandonam os empregos para ficarem reduzidas ao foro mais doméstico". A sua vida profissional "fica completamente cortada" e isto "introduz um elemento de complexificação familiar", alerta Heloísa. "Implica uma sobrecarga nítida. Dificilmente, estando a mais de três mil quilómetros de distância, uma mulher pode assegurar algum auxílio à família ou a um familiar mais próximo", conclui a cientista portuguesa. ■ C.P.



PÚBLICO

PAULO ROCHA



"Todos os movimentos sociais têm extremismos"

Virgínia Ferreira, coordenadora da Conferência 'Feminismo não é folclore'

VIRGÍNIA FERREIRA, docente universitária e investigadora no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, é a responsável pela organização em Portugal da terceira conferência sobre "Pesquisa Feminista" (ver texto principal). O tema compreende, sobretudo, as migrações das mulheres na Europa, mas, lateralmente, as cerca de 400 conferencistas vão também dedicar-se ao debate sobre a discriminação, as identidades e a cidadania. Porque é ainda preciso lutar "contra a opressão, a supressão e a discriminação das mulheres".

PUBLICO — O que é que se pode esperar deste congresso sobre pesquisa feminista?

VIRGÍNIA FERREIRA — O projecto fundamental destes congressos é abrir o mais possível espaço às mais diversas perspectivas e problemas, uma vez que o objectivo é juntar o maior número de pessoas dos mais variados países europeus. Estes congressos surgiram com uma grande preocupação que era, fundamentalmente, a de trazer para o debate as experiências das mulheres nos países do leste europeu.

P. — E o que é exactamente a pesquisa feminista ou, de um modo mais lato, o que é o feminismo?

R. — É assunto que daria pano para mangas, mas o adjectivo deve aplicar-se à atitude ou pensamento [das mulheres]. E tem como cenário a melhoria das suas condições sociais, económicas, políticas e culturais. Nesse sentido, não colaria o adjectivo a qualquer tipo de paradigma que estejamos a pensar, mas antes a uma atitude mais abrangente e que se preocupa justamente com a essa luta pela melhoria das condições das mulheres.

P. — E o feminismo luta contra o quê?

R. — A opressão, a supressão e a discriminação das mulheres. É contra isso.

P. — Apesar de tudo, é um movimento que remete para um imaginário de alguma forma datado, não lhe parece?

R. — A imagem que se tem dos movimentos feministas é extremamente redutora e não traduz senão um aspecto folclórico que alguns movimentos tiveram. E não corresponde à essência dos objectivos fundamentais desses movimentos. Pessoalmente, não tenho nenhum pejo em identificar-me com os objectivos desses movimentos, tenho pejo em identificar-me com a imagem que foi divulgada — as feministas a queimarem "soutiens" na praça pública, a atirarem tachos e panelas para a rua, coisas assim. Há sempre extremismos em todos os movimentos sociais, mas o que ficou na memória, e o que é fácil dizer sobre o movimento, é que as feministas fazem isto e são isto. Além de se dizer que são feias, mal-amadas, sem homem.

P. — Há um estudo do CES que aborda a questão da mobilidade das mulheres e conclui que elas, por serem mais qualificadas, têm maior mobilidade social do que os homens.

R. — Aí está a questão mais interessante desse estudo. E é um aspecto interessante do nosso sistema de ensino. A universidade portuguesa sempre foi mais feminizada do que nos outros países ocidentais, desde, pelo menos, os anos 60. Resta, contudo, outra questão: o sistema de ensino tem esta característica mas, paralelamente, tem uma outra que a desvaloriza. Sabe qual é? É o elitismo do nosso sistema de ensino. Até ao princípio dos anos 90, apenas dez por cento da população em idade de entrar para a universidade o fazia, enquanto nos Estados Unidos era de 50 por cento. E, assim, as mulheres que têm acesso à universidade são em muito menor número, se compararmos com outros países. Quanto à questão da mobilidade, o argumento pode ser reversível. As mulheres têm mais acesso à educação, mas a questão pode ver-se ao contrário. É que os homens não precisam sequer do diploma escolar para chegarem às mesmas posições. Portanto, é tudo uma questão de perspectiva, de como pretendemos ler as coisas. ■ C.P.

Movimento Nós Somos Igreja na Baixa de Lisboa 'Petição do Povo de Deus' desce à rua

OS MEIOS não são muitos, mas a militância compensa a falta: hoje, pelo terceiro dia consecutivo, dinamizadoras do movimento Nós Somos Igreja estarão de novo no cruzamento da Rua Augusta com a Rua da Assunção, em Lisboa, para distribuir cópias da "Petição do Povo de Deus", um abaixo-assinado em cinco pontos que pede um conjunto de reformas da Igreja, que será entregue ao Papa, em Outubro, no decorrer de uma peregrinação ao Vaticano.

Na segunda-feira e ontem, apenas durante cerca de uma hora por dia (entre o meio-dia e a uma da tarde), foram distribuídas 1200 cópias da petição. Hoje, haverá reforços: pelos menos mil folhas, para apanhar "todo o género" de pessoas que ali passam, na expressão de Maria João Sande Lemos, uma das signatárias da petição.

Umam olham e desviam-se, outras aceitam a folha, outras desconfiam e perguntam de que Igreja é, ou são mais explícitas e dizem que, "se for Jeová, não quero". Apesar do "placard", encostado a uma pequena mesa, que identifica o nome do movimento.

Uma senhora mete conversa: "Acho muito bem. Ainda há dias vi na televisão que um padre não quis ir na procissão porque não havia música." Para que não restassem dúvidas, acrescenta: "Eu sou católica, vou à igreja de Arroios e o padre lá até é uma pessoa competente. Mas é ver como as nossas igrejas estão vazias." Quanto ao documento, teria de o ler em casa para decidir se assina, mas "alguma coisa tem de se fazer".

O movimento, que nasceu na Áustria, recolheu já sete milhares de assinaturas em vários países. Em Portugal, foram dis-

tribuídas até agora, a partir dos dinamizadores centrais do movimento, 10 mil cópias. Mas, como o abaixo-assinado funciona em rede, Ana Vicente, antiga presidente da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres e também signatária do documento, calcula que haja já umas 30 mil cópias em circulação por todo o país.

Paralelamente à recolha de assinaturas — "são importantes, em termos simbólicos, embora a reflexão e o debate o sejam mais", diz Ana Vicente —, a rede portuguesa do Nós Somos Igreja acabou de editar o segundo número de um boletim de informação e três textos temáticos sobre outros tantos pontos da petição: os ministérios ordenados na Igreja; a fraternidade; e uma nova atitude da Igreja perante as mulheres. ■

António Marujo



ACÇÕES DE FORMAÇÃO 1997 / 1998

PARA EMPRESÁRIOS / QUADROS SUPERIORES

- GESTÃO ESTRATÉGICA - 30 HORAS *
- GESTÃO DA PRODUÇÃO - 30 HORAS *
- GESTÃO FINANCEIRA E CONTROLO DE CUSTOS - 30 HORAS *
- MARKETING, VENDAS INTERNACIONAIS E SERVIÇOS DE CLIENTES - 30 HORAS *
- LEADERSHIP - 30 HORAS *
- INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS - 35 HORAS
- GESTÃO DE PROJECTOS DE MICRO-EMPRESAS - 176 HORAS
- CERTIFICAÇÃO DA EMPRESA - 30 HORAS
- INDICADORES DE GESTÃO - 60 HORAS

* embora possam ser ministrados isoladamente, estes cursos constituem unidades capitalizáveis de um curso de Gestão Geral

As acções serão realizadas em Horário Pós-Laboral
LOCAL DE REALIZAÇÃO: LISBOA, SINTRA e TORRES VEDRAS
A FORMAÇÃO É MINISTRADA POR FORMADORES PRÉ-CREDENCIADOS.

INSCRIÇÕES/INFORMAÇÕES:

AERLIS - Associação Empresarial da Região de Lisboa

LISBOA: Telef.: 363 95 18 / 360 14 67 - Fax: 364 49 26
Dra. Ana Luisa Gonçalves / Sandra Santos Rica
SINTRA: Telef.: 924 99 14 - Fax: 924 99 25
Dr. Miguel Nogueira / Sandra Franco
T. VEDRAS: Telef.: 061.321497 - Fax: 061.315283
Dra. Silvia Costa / Carla Rodrigues

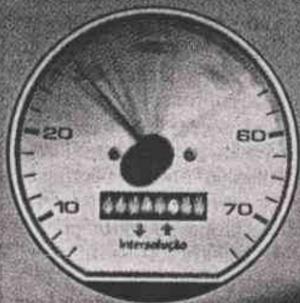
Cursos Financiados pelo Estado Português e pelo FSE



Crédito

Intersolução

A partir de agora, pode decidir
a cada mês quanto quer pagar
pelo seu carro novo.



Pela primeira vez, um banco não lhe impõe prestações fixas.

Agora, pode comprar o seu carro novo e escolher o valor de cada prestação, de acordo com o seu orçamento familiar mensal. É assim que funciona o novo Crédito Intersolução. Vá ao seu concessionário, através do seu Concessionário ou pela Intersolução (01) 317 65 65, de 2ª a Sábado,

das 10.00 às 21.00 horas.

Um Produto

Intersolução

O seu banco de auto-confiança.



PUBLICO